

ENSINO MÉDIO NOTURNO: DO PROPOSTO AO REALIZADO

Maria Escolástica de Moura Santos.*

INTRODUÇÃO

O estudo dos problemas educacionais, sobretudo com relação ao ensino médio noturno, faz-se necessário a partir do pressuposto de que esse nível de ensino lida de forma prioritária com jovens e adultos que já estão no mercado de trabalho ou predispostos a pleitear uma colocação. Daí a necessidade de se questionar o tipo de cidadão que essa escola tem devolvido à sociedade. Portanto, este trabalho sugere uma análise reflexiva à cerca da proposta legal para esse nível de ensino e o que na prática vem sendo executado, ou seja, a distância entre o ensino oficial e a realidade observável.

1. O QUE PROPÕE O ENSINO MÉDIO

O Ensino Médio propõe uma educação centrada no domínio de competências necessárias à preparação do indivíduo enquanto cidadão da sociedade atual; uma educação que fortaleça os laços existentes entre as diversas áreas do conhecimento e supere a fragmentação dos conteúdos, atribuindo sentido e aplicabilidade através de uma metodologia interdisciplinar e contextualizada; além do aprofundamento das aprendizagens construídas no ensino fundamental e da preparação geral básica para o trabalho.

1.1. O Ensino Médio na sociedade do conhecimento

A educação institucionalizada não pode ser compreendida senão dentro do contexto onde ela se desenvolve, levando-se em consideração todos os fatores, internos e externos, que a influenciam. Nesse sentido, a sociedade, é fator determinante, pois é ela quem define o ideal de cidadão em consonância com os valores estabelecidos. Sendo assim, a sociedade contemporânea tem exigido uma educação diferenciada, com base

* Graduada em Pedagogia pela Universidade Federal do Piauí – UFPI. É Especialista em Supervisão Escolar e atua como Supervisora Pedagógica na rede pública estadual em Teresina- PI.

científico-tecnológica, considerados elemento que exercem influência em todos os âmbitos da vida social.

Sob essa ótica, a educação básica; que é composta por ensino infantil, ensino fundamental e ensino médio; tem por finalidade, segundo o Art. 22 da LDB Lei 9.394/96, “desenvolver o educando, assegurar-lhe a formação indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores”. Sendo que esta última deve ser desenvolvida essencialmente pelo ensino médio, que como etapa final da educação básica, possui entre suas finalidades específicas segundo o art. 35 da LDB “a preparação básica para o trabalho e a cidadania do educando”. Além de promover “a formação ética”, a “autonomia intelectual” e o “pensamento crítico”.

Ainda para esse nível de ensino, sugere os Parâmetros Curriculares Nacionais, instituídos em 1998, uma educação centrada no domínio de competências básicas.

De que competências se está falando? Da capacidade de abstração, do desenvolvimento do pensamento sistêmico, ao contrário da compreensão parcial e fragmentada dos fenômenos, da criatividade, da curiosidade, da capacidade de pensar múltiplas alternativas para a solução de um problema, ou seja, do desenvolvimento do pensamento divergente, da capacidade de trabalhar em equipe, da disposição para procurar e aceitar crítica, da disposição para o risco, do desenvolvimento do pensamento crítico, do saber comunicar-se, da capacidade de buscar conhecimento. (PCN-EM, 1998, p. 24).

De acordo com Domingues (2005), são competências necessárias para a vivência da vida adulta e para enfrentar o mercado de trabalho numa sociedade em constante transformação tecnológica e científica; num acelerado avanço do processo de informação e banalização do conhecimento, onde os saberes são efêmeros, e não podem mais ser tratados como verdades indiscutíveis. Pois esse desenvolvimento tem provocado profundas alterações, tanto no âmbito social como no “processo produtivo que se intelectualizou, tecnologizou”, e passou a exigir um novo perfil profissional.

Para Pozo (2004), essa atual sociedade exige que as pessoas aprendam não apenas mais, mas aprendam de forma diferente, ou seja, que se apropriem da informação, que atuem sobre ela e formulem criticamente seus próprios conhecimentos. Para tanto é necessário que a escola que já não é mais a única fonte de conhecimento possibilite ao aluno o contato com as informações, bem como a capacidade de selecionar, atribuir sentido e assimilar criticamente essas informações.

Contudo, segundo Antunes (2001), vale ressaltar que os conteúdos não podem ser descartados, pois não é possível se desenvolver inteligências ou competências desconectadas do conhecimento estruturado. Não se explica qualquer disciplina sem trabalhar as informações de maneira significativa, contextualizando com a vida, o espaço e o cotidiano do educando.

Então, é necessário preparar os alunos para conviverem “com a relatividade das teorias, com a existência de múltiplas interpretações de toda informação, para construir a partir delas o próprio juízo, ou ponto de vista”. Não se trata de internalizar e repetir as verdades estabelecidas, mas de construir e reconstruir “suas verdades particulares a partir de tantas verdades parciais” (Pozo, 2004, p.10). Para que se possa continuar o processo de aprendizagem mesmo fora da escola, processo este que deverá se estender ao longo da vida; buscando, analisando e selecionando o conhecimento; criando, formulando e criticando, ao invés de simplesmente absorver e internalizar as informações.

1. 2. A superação da dualidade do ensino

A dualidade do ensino, ou seja, a bifurcação do sistema educacional que separou o ensino secundário de caráter propedêutico, destinado a preparar para o ingresso no ensino superior, e o ensino técnico-profissionalizante que prepara mais rapidamente para o ingresso no mercado de trabalho, significou segundo Azevedo (1976, p.648), o divórcio entre a “formação das elites” e o “sistema de educação popular” iniciado no Império e mantido após o advento da República. Para Romanelli (2003, p.169) “isso, evidentemente, transformava o sistema educacional, de modo geral, em um sistema de discriminação social.”.

A superação dessa dualidade foi proposta pela atual LDB n. 9.394/96, Artigos 35 e 36, quando sugere para o Ensino Médio, além da “consolidação e o aprofundamento dos conhecimentos adquiridos no ensino fundamental, possibilitando o prosseguimento de estudos”, “a preparação básica para o trabalho e a cidadania do educando, para continuar aprendendo, de modo a ser capaz de se adaptar com flexibilidade a novas condições de ocupação ou aperfeiçoamento posteriores”. Sendo assim, a educação profissional básica de que trata a referida Lei não é outra senão aquela que deve servir de suporte para todos os tipos de trabalhos, no sentido de preparar para a escolha de profissões futuras, levando-se em consideração as demandas do mercado e a articulação com a ciência e a tecnologia.

Embora exista a possibilidade de preparação do educando para o exercício de profissões técnicas, ela somente será admitida mediante o atendimento da formação geral, ou seja, a profissionalização em nível técnico deverá ser realizada em cursos posteriores ou concomitantes ao ensino médio. Qualquer iniciativa no que se refere à profissionalização nesse nível de ensino deverá estar organizada na parte diversificada do currículo, que consta de até 25% da carga horária mínima obrigatória (Decreto 2.208/97).

1. 3. Interdisciplinaridade e Contextualização

As DCNEM (Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio) apontam para uma prática pedagógica e didática que vá além da justaposição de disciplinas, da fragmentação do conhecimento, e passe a estabelecer relações de comunicação e interdependência de idéias nas diversas esferas do conhecimento, a fim de romper as fronteiras que separam os conteúdos e disciplinas escolares.

Essa proposta interdisciplinar sugere a substituição de uma concepção fragmentária por outra unitária, de modo a possibilitar uma compreensão mais global da realidade.

“O conceito de interdisciplinaridade fica mais claro quando se considera o fato trivial de que todo conhecimento mantém um diálogo permanente com outros conhecimentos, que pode ser de questionamento, de confirmação, de complementação, de negação, de

ampliação, de iluminação de aspectos não distinguidos.” (PCN-EM, p.88).

Os conteúdos escolares não encerram em si mesmos, e só apresentam importância significativa quando explicitados de forma relacionada com as demais áreas do conhecimento e com a realidade concreta, aproximando a teoria da prática num processo de contextualização, que associa os conteúdos a todos os significados pessoais, sociais, culturais e políticos, e, retira o aluno da condição de espectador, pois transpõe o objeto em estudo para contextos mais próximos e significativos, relacionados com situações de trabalho, exercício da cidadania e experiências pessoais. A contextualização como princípio de organização curricular se preocupa mais com a aplicabilidade do conhecimento do que com a memorização do conteúdo, que deve estar inerente ao fazer.

2.AS ESPECIFICIDADES DO ENSINO MÉDIO NOTURNO

2.1. Do diferente ao inferior

Nas duas últimas décadas constatou-se grande expansão da educação básica, que é composta por ensino infantil, fundamental e médio. Segundo Oliveira (2004), a focalização prioritária do Governo Federal no Ensino Fundamental, através do FUNDEF (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério), resultou numa expansão considerável desse nível de ensino, no aumento de seus concluintes, e, conseqüentemente, no aumento da demanda por matrículas no ensino médio, forçando uma expansão desordenada dessa modalidade de ensino que passou a ocupar espaços ociosos em escolas de ensino fundamental, normalmente o período noturno.

O simples fato de o ensino acontecer no período noturno lhe dá certa especificidade que exige um tratamento diferenciado e respeito com relação às características dos alunos e professores. No entanto, afirma Abdalla (2004, p.56-8) que apesar das investidas no sentido de melhorar a qualidade do ensino de nível médio “não existe ainda um projeto pedagógico que atenda a dupla condição de jovem e trabalhador”, que considere também “suas vivências, seus interesses, seus sonhos e papéis assumidos dentro e fora da escola”. E acaba se tornando o que Oliveira (2004, p.164) chama de “uma cópia mal feita do ensino realizado no período diurno”, ou seja, a

mesma metodologia, a mesma carga-horária, sem o mesmo rigor, com certa indulgência justificada pelas dificuldades enfrentadas por alunos e professores.

Toda essa problemática demonstra que o ensino público e principalmente essa modalidade estão a certa distância de garantir o que estabelece a LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional) n. 9.394/1996, em seu Art. 3, Inciso I, “igualdade de condições para o acesso e permanência na escola”, bem como “garantia de padrões de qualidade”, pois o único nível de ensino que dispõe de fonte fixa de financiamento é o ensino fundamental, sendo largados à própria os demais níveis de ensino, carentes de recursos que viabilizem sua expansão.

O rebaixamento na qualidade é justificado a partir da constatação de que o ensino noturno possui especificidades com relação a demais modalidades, por causa da escassez de tempo para atividades extra classe; a sobrecarga e o cansaço de alunos e professores devido suas atividades diárias; falta de investimento; superlotação das salas; e redução do tempo das aulas, que comprometem frequentemente, o desenvolvimento satisfatório das atividades, necessário para se promover uma educação inclusiva e de qualidade.

2. 2. A escola

A pesquisa foi realizada com professores, alunos e gestores da Unidade Escolar Solange Sinimbu Viana Arêa Leão, localizada na zona sul de Teresina, fundada em abril de 1984, atendendo inicialmente de 1ª a 4ª séries, passando a atender, a partir do ano 2000, o Ensino Fundamental de 5ª a 8ª séries e o Ensino Médio em todas as séries e nos três turnos, sendo predominante no período noturno. A escolha se deu ao fato de estar localizada num bairro considerado violento e ainda assim ser considerada uma escola pública de referência na cidade. Embora tenha conquistado a credibilidade da comunidade, acreditamos possuir características e limitações próprias do ensino noturno. O objetivo, contudo, não é universalizar os resultados, já que se trata certamente de uma pesquisa que apresenta limitações, mas fundamentar as reflexões a cerca da crise que envolve esse nível de ensino, e, comparar os resultados obtidos na prática com a proposta legalizada através dos documentos oficiais.

A escola possui 62 professores, duas supervisoras pedagógicas, um diretor titular e um adjunto eleitos pelo voto direto para gestão de dois anos (2006-2007), e, 29 funcionários administrativos (6 vigias, 9 auxiliares administrativos, 2 secretárias, 3 merendeiras, 7 zeladoras e 2 digitadoras).

Atualmente, considerando os três turnos está em funcionamento 34 salas de aula. No noturno são 11 salas, perfazendo um total de 456 alunos matriculados, 1 secretária, 3 auxiliares administrativos, 2 vigias e 23 professores.

Um dos maiores problemas dessa instituição de ensino no que se refere ao noturno é o alto índice de evasão, que em 2005 alcançou o patamar de 38,2% enquanto o índice de repetência foi de 4,8%. Segundo a Supervisora Escolar a Pedagoga Maria José de Melo “Os dois problemas mais sérios são: a evasão da escola e a evasão das aulas, visto que muitos alunos freqüentam a escola, mas se ausentam das salas.” Tal fato pode facilmente ser constatado a partir de observações do pátio da escola que nunca está vazio, sempre há um menor ou maior número de alunos ali, ou porque não têm aula (devido à falta de algum professor), ou porque foram dispensados ao final de uma prova ou trabalho, ou ainda por estarem simplesmente *gazeando*, então, a exigência de 75% de freqüência às aulas acaba não sendo cumprida, visto que muitos alunos só aparecem no dia das avaliações, o que irrita professores e equipe gestora que ainda não conseguiram solucionar o problema.

Uma outra questão que merece destaque é o não cumprimento do horário das aulas, sobretudo na primeira e última aulas; professores e alunos do noturno chegam comumente atrasados e normalmente saem mais cedo devido o horário de ônibus e medo da violência, motivo que levou à eliminação do intervalo que era apenas de 10 minutos, acordo feito entre professores e alunos, limitando ainda mais o tempo de socialização e troca de experiências.

E por fim ainda têm os efeitos das sextas-feiras e vésperas de feriados, e a impossibilidade de reposição de aulas aos sábados, pois a freqüência – sobretudo, mas não exclusivamente de alunos – diminui bastante.

2.3. Os Professores

Os professores embora com qualificação adequada, reconhecem que o ensino é limitado e deficiente, e atribuem isso a vários fatores, mas principalmente à escassez de tempo, deles próprios, dos alunos e para as aulas.

(Tabela 02)

Distribuição dos Professores conforme a qualificação.

Licenciado	Cursando Especialização	Especialista	Mestre
16	02	04	01

Sabe-se que grande parte dos alunos trabalha durante o dia, o que limita o tempo para a realização de atividades extra classe. E que a maioria dos professores possui uma carga horária excessiva, algumas até superior a 60 horas, nos levando a entender que usam o horário pedagógico para ministrar aula em outras escolas. “Questão de sobrevivência”, dizem.

(Tabela 04)

Distribuição dos Professores conforme carga horária semanal.

20 horas	40 horas	60 horas	Mais de 60h
03	09	07	03

Além disso, pode-se considerar a duração das aulas que é menor – 40 minutos apenas, ao passo que no período diurno é de 50 minutos. Esses 10 minutos (50 minutos diários) parecem não significar muito, mas é apontado como uma das grandes limitações do ensino noturno.

2.4. A clientela

A clientela da Unidade Escolar Solange Viana é composta por um público heterogêneo com relação à faixa etária, objetivos e perspectivas, no entanto com a prevalência de um público mais jovem, que já está inserido no mercado de trabalho ou a procura de uma colocação.

Apesar da existência dos mais variados motivos para a escolha do ensino noturno, o mais significativo ainda é o fato de se trabalhar durante o dia ou de estar à procura de emprego. O ensino noturno possui uma demanda formada, sobretudo, por trabalhadores. Todavia nas entrevistas ou conversas informais com o público mais maduro foi possível observar uma preocupação com a idade, que por terem avançado consideram inadequado o ensino oferecido no período diurno.

Oliveira (2004) explica a procura pelo ensino noturno a partir de:

Fatores de ordem econômica direta, como a busca por emprego, e indireta, como a necessidade de auxiliar os trabalhos domésticos em casa, ou ainda por outros fatores, tais como a inadequação dos turnos diurnos a um público mais maduro (OLIVEIRA, 2004, p. 166).

(Tabela 08)

Motivo da opção pelo ensino noturno, conforme os alunos da U. E. Solange Viana.

Por que escolheu o ensino noturno?	n. respostas
Trabalha durante o dia.	59
Está procurando emprego	12
Por causa das obrigações domésticas	16
O ensino é menos exigente	02
Gosta de estudar à noite	03
Por causa da Idade	03
Outro	01
Sem informação	02

Com relação à insatisfação que possuem a respeito da escola, foi notório e comum as reclamações a cerca da organização administrativa e pedagógica, mas não deixaram claro o que os incomoda de fato, a não ser a falta freqüente de professores, a falta de autoridade do diretor, outros do excesso de autoridade do diretor (ou autoritarismo) e a falta de respeito entre eles próprios. Pode-se perceber aí uma preocupação com as relações sociais, com “mais respeito entre os alunos”, “mais amizade por parte dos professores”, quando reclamam da falta de autoridade do diretor parece que estão clamando por parâmetros, por limites, pois se angustiam com o excesso de regras, mas principalmente com o não cumprimento delas. São ao mesmo tempo e de forma controversa, os alunos “desinteressados e apáticos”, segundo os professores, e, os profissionais responsáveis que em, alguns casos, sustentam as famílias.

2.5. O ensino médio noturno na visão dos alunos

A partir de Abdalla e de seu trabalho intitulado: **O que pensam os alunos sobre o ensino noturno**, pôde-se perceber o sentimento dos alunos com relação à escola que, segundo eles, dissocia a teoria da prática e se caracteriza por um ensino desatualizado, que não atribui sentido ao conhecimento abordado.

Suas falas refletem uma insatisfação com relação à escassez de recursos e da não utilização, pelo professor, dos poucos que a escola dispõe. Questionam a falta de sentido das aulas, sugerem mais dinamicidade e criticam as medidas que facilitam a aprovação do aluno sem garantir aprendizagens significativas.

Os motivos que os levam à escola são os mais variados:

Os adolescentes e adultos procuram a escola, inicialmente, motivados pela expectativa de conseguir um emprego melhor, ou então são levados pelo desejo de elevação da auto-estima, da independência e da melhoria de sua vida pessoal como, por exemplo; dar bons exemplos aos filhos, ajudá-los em suas tarefas escolares, etc. Em síntese, pode-se inferir que o maior motivo da procura da escola é a necessidade de fixação de sua identidade como ser humano e ser social (LEMOS, 1999, P. 19).

(Tabela 09)

Importância do estudo, segundo os alunos da Unidade Escolar Solange Viana.

Por que acha importante uma pessoa estudar?	N. de respostas
Para ter mais oportunidade no mercado de trabalho	41
Sem estudo “a pessoa não é nada”	12
Para ampliar os conhecimentos	21
Para se tornar pessoas críticas e reivindicar os direitos.	01
Para ser alguém melhor	05
Para ser melhor como pessoa e como profissional	07
O estudo é um grande incentivo na vida das pessoas	01
O estudo é a base de tudo	02
O que vale não é o estudo mas a experiência prática	01
Sem resposta	07

Entre os alunos do Solange Viana, é consenso que sem estudo, sem conhecimento, “a pessoa não é nada”. Reconhecem a importância da escola e associam o

estudo à condição básica para ingressar no mercado de trabalho, tão escasso de vagas. Ainda assim, demonstram rejeição às aulas; criticam o governo pela falta de investimentos; os gestores pelo excesso de regras que os infantilizam; e principalmente os professores, atribuindo a estes a culpa pelo desinteresse generalizado, pois cobram um ensino mais interessante.

CONCLUSÃO

O encolhimento das horas-aula; a redução dos conteúdos, com relação à quantidade e nível de aprofundamento; a falta freqüente de alunos e professores; e a impossibilidade de reposição de aulas. São exemplos de limitações que estrangulam o rendimento e evidencia o jogo do faz-de-conta, transformando o ensino noturno num arremedo, uma cópia mal feita do ensino realizado no período diurno. Ou seja, tratamento não diferenciado para um público com realidade e interesses diferentes e saberes específicos que a escola não aborda.

Com base nos dados apresentados, o suposto é que os alunos do Ensino Médio noturno convivem realmente com uma dualidade, a garantia legal da mesma qualidade proporcionada pelo curso diurno e o fato de, na prática, oferecer apenas o básico necessário, dar a credencial que permite pleitear um lugar no mercado de trabalho.

É evidente a falta de um projeto pedagógico que atenda às reais necessidades de sua clientela, capaz de fazer dessa, a escola que desejam: organizada, agradável, professores amigos, atividades interessantes e ensino de qualidade.

Dessa forma, faz-se necessário uma reorganização estrutural, e que as práticas pedagógicas sejam repensadas e reformuladas. Pois a escola precisa considerar o universo dos alunos em sua amplitude e conduzir para o seu interior a realidade sócio-cultural onde está inserida, para se problematizar e se construir a partir dessa problematização, conhecimentos significativos e aplicáveis, considerando a diversidade cultural e as necessidades individuais e coletivas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABDALA, Vilma. *O que pensam os alunos sobre a escola noturna*. São Paulo, Cortez: 2004. – (Coleção Questões de Nossa Época, v.110), 119 p.

ANTUNES, Celso. *Como desenvolver competências em sala de aula*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001. 87 p.

AZEVEDO, Fernando de. A transmissão da cultura. In: *A cultura brasileira*. 5ª ed. Parte 3. São Paulo-SP: Melhoramentos/Brasília (DF):INL, 1976.

BRASIL. Leis, Decretos. Decreto nº. 2.208, de 17 de abril de 1997. *Diário Oficial da República Federativa do Brasil*, Brasília, v. 135, n 74, p. 7760-7761, 18 de abr. 1997. Seção 1. Regulamenta o parágrafo 2 do art. 36 e os art. 30 a 42 da Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

_____. Leis , Decretos. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as *Diretrizes e Bases da Educação Nacional*.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Média e Tecnológica. *Parâmetros Curriculares Nacional: ensino médio*. Brasília, MEC, 1999.

GREGÓRIO, Júlio. Ensino médio – construção política e ensino noturno. In: *Ensino médio: ciências, cultura e trabalho*./Séc. de Educação Média e tecnológica. – Org. Gaudêncio Frigotto, Maria Giavatta. – Brasília: MEC, SEMTEC, 2004. p. 157-77.

LEMOS, Marlene Emília Pinheiro de. Proposta curricular. In: *Salto para o futuro – Educação de jovens e adultos / Secretaria de Educação a Distância*. Brasília: Ministério da educação. , SEED, 1999. p. 19-27.

OLIVEIRA, Dalila Andrade de. A recente expansão da educação básica no Brasil e suas conseqüências para o ensino médio noturno. In: *Ensino médio: ciências, cultura e trabalho*./Séc. de Educação Média e tecnológica. – Org. Gaudêncio Frigotto, Maria Giavatta. – Brasília: MEC, SEMTEC, 2004. p. 157-77.

POZO, J. I. A sociedade da aprendizagem e o desafio de converter informações em conhecimento. *Pátio – Revista Pedagógica*, n 31, p.08-11, ago./out., 2004.

RAMOS, Marise N. *A pedagogia das competências: autonomia ou adaptação*. São Paulo: Cortez, 2001.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. *História da Educação no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 2003. p. 167-9.

SOUZA, Regina Magalhães de. *Escola e juventude: o aprender a aprender*. São Paulo: EDUC/Paulus, 2003. 271 p.

VALENTE, José Armando. Educação ou aprendizagem ao longo da vida. *Pátio – Revista Pedagógica*, n.31, p.13-15, ago./out., 2004.